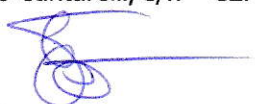


4ª ATA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO ITACURUBAPREV, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025. Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 13 horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba – ITACURUBAPREV, situada na Avenida Patriarca Aníbal Alves Cantarelli, s/n, Centro, Itacuruba/PE, reuniu-se extraordinariamente o Comitê de Investimentos, conforme convocação realizada pela Presidente do Comitê, a Sra. **Isabel Cristina Freire da Rocha**, Diretora Presidente do ITACURUBAPREV, para apreciação das matérias constantes da pauta previamente encaminhada aos membros. Estiveram presentes: **Leoncio Carlos Alves dos Santos**, Presidente do Conselho Deliberativo e representante do Poder Executivo; **Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres**, Presidente do Conselho Fiscal e representante do Poder Executivo; **Isabel Cristina Freire da Rocha**, Diretora Presidente e Presidente do Comitê; **Isabella Luíza Gomes Quirino Menezes Leal**, Diretora Administrativa e Financeira e Secretária do Comitê; e o consultor **Gilmarqueson da Silva Pereira Júnior (Gil Pereira)**, representante da LEMA Economia & Finanças, por vídeo chamada. Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente declarou aberta a reunião. Iniciando os trabalhos, passou-se à apresentação do **Estudo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM)** elaborado pela LEMA. O consultor Gil Pereira esclareceu que o ALM constitui ferramenta essencial para analisar a compatibilidade entre o fluxo futuro de obrigações previdenciárias projetadas e a capacidade de geração de retorno das carteiras de investimentos possíveis para o RPPS, integrando variáveis como inflação, taxa de juros real, risco de mercado, volatilidade e evolução atuarial. Foram utilizadas premissas econômicas consistentes com o cenário nacional, com destaque para projeção de inflação (IPCA) de 4,20% ao ano, taxa real de juros de longo prazo de 5,65% ao ano, bem como cenários Base, Otimista e Estressado. O estudo projetou o passivo atuarial até 2092, apresentando a distribuição temporal das obrigações, com destaque para o crescimento da folha de pagamentos entre 2030 e 2055, além das sensibilidades do passivo às mudanças na taxa de desconto e na massa salarial. O ALM demonstrou que a **taxa real mínima necessária para garantir a solvência de longo prazo do RPPS é de 5,95% ao ano**, enquanto a carteira otimizada pela fronteira eficiente apresenta taxa estimada de 5,69% ao ano, sendo complementada por fundos de estratégia e vértice para alcançar a expectativa global de retorno. Foram realizadas **1.000 simulações estocásticas**, considerando volatilidade histórica, correlação entre ativos e choques macroeconômicos. Como resultado, foi identificada **probabilidade superior a 99% de solvência atuarial** do ITACURUBAPREV ao longo do horizonte analisado, demonstrando robustez da carteira proposta. O Comitê avaliou que o estudo apresenta metodologia sólida, adequada às melhores práticas de mercado e plenamente compatível com o perfil conservador do RPPS. Após debate técnico e



análise dos resultados, o Comitê deliberou **pela aprovação do ALM**, que passa a servir de base obrigatória para formulação das diretrizes de investimento, mitigação de riscos e definição da Política de Investimentos. Na sequência, foi apresentada e analisada a **Política de Investimentos para o exercício de 2026**, elaborada com base nas recomendações técnicas da LEMA e fundamentada nos resultados do ALM. A política incorpora projeções de cenário macroeconômico — incluindo inflação, crescimento econômico, curva de juros, risco fiscal e volatilidade de mercado — e define a meta atuarial de **IPCA + 5,65% ao ano**, alinhada às exigências do equilíbrio de longo prazo do regime. O Comitê verificou a conformidade integral do documento com a **Resolução CMN nº 4.963/2021** e com a **Portaria MTP nº 1.467/2022**, bem como a aderência ao perfil de investimento conservador do ITACURUBAPREV. Foram examinados os limites de alocação por segmento e o direcionamento estratégico que prioriza investimentos em renda fixa, títulos públicos, fundos indexados ao IPCA e estruturas de baixo risco, assegurando previsibilidade, liquidez e proteção do patrimônio. A Diretora Administrativa e Financeira apresentou avaliação da carteira atual do Instituto, considerando liquidez, prazos de resgate, concentração por emissor, enquadramento regulatório e compatibilidade com o fluxo de pagamento de benefícios. O Comitê analisou a matriz de riscos contida na Política — compreendendo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco jurídico e sistêmico — e concluiu que o documento oferece diretrizes suficientes para prevenção de perdas e manutenção do equilíbrio atuarial. Também foram discutidos os mecanismos de monitoramento e governança, que incluem acompanhamento mensal da carteira, avaliação da meta atuarial, verificação de enquadramento, análise do cenário econômico e controle dos limites regulamentares. Após as discussões, o Comitê concluiu que a Política de Investimentos 2026 é técnica, prudente, fundamentada em estudo atuarial e financeiro consistente, e plenamente compatível com a situação do RPPS, cumprindo todas as exigências normativas. Assim, **o Comitê aprovou tecnicamente a Política de Investimentos 2026** e deliberou por encaminhá-la ao Conselho Deliberativo com **recomendação formal de aprovação**, conforme previsto no Regimento Interno e na legislação do RPPS, que conferem ao Comitê a responsabilidade de analisar cenários, avaliar propostas, traçar estratégias de composição de ativos, formular as políticas de gestão de recursos e subsidiar os órgãos deliberativos. O Comitê também registrou que qualquer movimentação financeira decorrente da execução da Política deverá observar obrigatoriamente a assinatura conjunta da Diretora Presidente e da Diretora Administrativa e Financeira, conforme determina o Regimento Interno e a Lei Municipal nº 10/2009, devendo a Secretaria manter sob guarda toda a documentação pertinente e assegurar que as decisões permaneçam em conformidade com as normas vigentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITACURUBA
CNPJ: 12.127.391/0001-99

todos e encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Isabel Cristina Freire da Rocha

Isabel Cristina Freire da Rocha

Diretora Presidente – Presidente do Comitê

Isabella Luiza Gomes Quirino Menezes Leal

Isabella Luiza Gomes Quirino Menezes Leal

Diretora Administrativa e Financeira – Secretária do Comitê

Leoncio Carlos Alves dos Santos

Leoncio Carlos Alves dos Santos

Presidente do Conselho Deliberativo

Eloiza A.G. de Sá Torres

Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres

Presidente do Conselho Fiscal